

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAI
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ALUNO:

Inácio Freire Filho

851.3468-5

LOCAL DO ESTÁGIO: CNPA - EMBRAPA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
ANO DE 1 987



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2021.

Sumé - PB

Campina Grande, 10 de agosto de 1987

Ilm^o Sr.

Coordenador do Curso de Economia

UFPb - Campus II

Campina Grande - PB

Prezado Senhor:

Estou encaminhando ao conhecimento de Vossa Se-
nhoria, em anexo, o resultado das minhas atividades desenvol-
vidas do CNPA - Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, para
que as normas sejam incluídas em minhas atividades acadêmicas
sob a forma de Estágio Supervisionado.

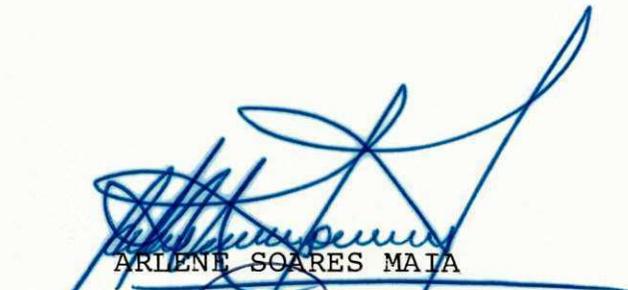
Atenciosamente,


INÁCIO FREIRE FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR-PRAI
DEPARTAMENTO DE ECON.E FINANÇAS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

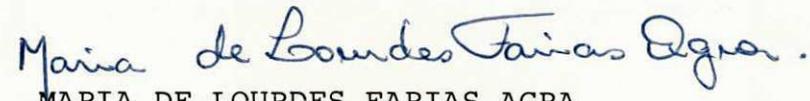
ASSINATURA DOS COORDENADORES E SUPERVISORES:


ARLENE SOARES MAIA

Supervisora Estágio - CNPA


HILTON CARNEIRO MOTTA FILHO

Supervisor Estágio UFPb


MARIA DE LOURDES FARIAS AGRA

Coordenadora Estágio-UFPb

PAULO NAKATANI
Coordenador Curso de Economia

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

AGOSTO/1987

7.5
(sete e meio)

I D E N T I F I C A Ç Ã O

ALUNO: Inácio Freire Filho

MATRÍCULA: 8513468-5

CURSO: Bach. Economia (Rural)

ÓRGÃO: Universidade Federal da Paraíba - Campus II - Campina
Grande.

LOCAL DO ESTÁGIO: CNPA-EMBRAPA

DATA DO INÍCIO: 14-04-87

DATA DO TÉRMINO: 07-08-87

CARGA HORÁRIA: 300 Horas

Í N D I C E

	<u>PÁG.</u>
AGRADECIMENTOS	01
INTRODUÇÃO	02
APRESENTAÇÃO	03
OBJETIVOS	04
METODOLOGIA	05
- UM BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	06
. POLÍTICA AGRÍCOLA	11
. CRÉDITO RURAL	13
. V.B.C.	16
. PREÇO MÍNIMO	17
. ARMAZENAMENTO	18
. ALGODÃO: PRODUÇÃO, CONSUMO E ABASTECIMENTO	19
. MERCADO DE MANUFATURADOS TÊXTEIS	21
- CONCLUSÃO	23
- BILIOGRAFIA CITADA	24

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPA pela oportunidade a mim concedida através da UFPb e em particular ao Setor de Economia ao qual fui encaminhado e que recebi todo o apoio, que muito contribuiu para que eu desempenhasse, com proveito, as atividades a mim determinadas favorecendo aos meus conhecimentos profissionais; que para isso contei com o incontestável apoio da Dra. Arlene que tanto deu de si, para que eu, sob sua orientação obtivesse uma visão de como a vida profissional, que hora se inicia, exigirá de mim.

Agradeço aos meus pais e irmãos pelo apoio moral e financeiro que sempre estiveram, na medida do possível, ao meu alcance.

Agradeço a Deus que é responsável direto por tudo de bom que tenho alcançado. Que eu sempre seja digno de sua proteção e que através das minhas atividades profissionais e particulares, possa contribuir para um mundo de paz e amor entre todos.

INTRODUÇÃO

A EMBRAPA tem por objetivo geral realizar pesquisas direcionadas ao desenvolvimento do setor agrícola de todo o País. É um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e é composto de diversos centros que por sua vez são distribuídos por todo o território, cada um com objetivos específicos.

O CNPA (Centro Nacional de Pesquisa do Algodão) no qual este estágio foi realizado tem como objetivo específico, realizar pesquisas relacionadas com a cultura algodoeira. Para alcançar tais objetivos, são realizadas pesquisas experimentais, análises de solos, estudos de combate às pragas e outras atividades que visam uma melhor atenção na cotonicultura.

As análises econômicas feitas por economistas agrícolas do CNPA envolvem produção, preços e produtividades e seu comportamento através do tempo, indicando soluções para os problemas e auxiliando, portanto, as tomadas de decisões governamentais.

O estagiário de Economia Rural no CNPA, durante o período de estágio, acompanha as pesquisas realizadas pelo Centro e desenvolve os trabalhos determinados por professor e orientador tendo acesso a todo material de que necessitar no cumprimento de suas atividades.

APRESENTAÇÃO

Apresento a Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, o Relatório referente ao Estágio Supervisionado na área de concentração em Economia Rural, este realizado no Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA) pertencente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O referido Relatório discorre sobre as atividades por mim realizadas e em conclusões sobre os assuntos analisados durante o período de estágio que correspondeu entre 14 de abril a 07 de agosto de 1987.

OBJETIVOS

O objetivo do Estágio Supervisionado é fazer com que o aluno de graduação termine o seu curso com um pouco de conhecimento prático das atividades realizadas pelo profissional na sua área de atuação dentro de uma empresa, oportunidade na qual, o aluno põe em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade.

No caso específico, é desenvolver um acompanhamento conjuntural da política algodoeira; envolvendo: política agrícola, crédito rural, produção, consumo e abastecimento, mercado de manufaturados têxteis.

4 - METODOLOGIA

A metodologia usada para realizar este trabalho foi uma Revisão Bibliográfica em livros, revistas, jornais etc , que abordem assuntos descritos nos objetivos e os conhecimentos acadêmicos sobre os diversos temas que formam um conjunto de informações e a opinião pessoal sobre eles.

5. UM BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Com a política de substituição de importação adotada no período pós-guerra, o setor agrícola foi praticamente esquecido, e os esforços, por parte das autoridades governamentais concentraram-se com o objetivo de ampliar o parque industrial do país por considerar ⁽¹⁾ que o crescimento econômico com base unicamente na exportação de produtos primários não poderia se manter e alcançar taxas satisfatórias. O objetivo passou a ser de substituir as importações através de várias medidas: contrato cambial, crédito bancário para atender o capital de giro empresarial, juros subsidiados, licença para importação. Tais medidas tiveram efeitos desastrosos para o setor agrícola exportador; as taxas cambiais excessivamente baixas. E até mesmo as ⁽²⁾ sobretaxas não cobriam a diferença de modo que os preços de diversos produtos que eram e podiam ser exportados como o algodão, cacau, laranja, amendoim e outros eram mantidos no mercado interno em cruzados, em níveis mais baixos do que deveriam ser se não fosse o controle cambial. Devido a tal fator houve um desestímulo a produzir e conseqüentemente o volume exportado de tais produtos caiu consideravelmente. Nesse sentido tal medida tornou-se prejudicial aos próprios interesses das autoridades econômicas do nosso governo que era atingir um maior volume de exportação. ⁽³⁾

Além dessa prejudicial medida, os produtos agrícola -

las eram sujeitos a uma pressão constante do controle de preços, por ter efeito direto no processo inflacionário.

Como resultante dessas medidas o produto real do setor agrícola cresceu em 14 anos ou seja de 1947 a 1961, 87% e a produção industrial, nesse mesmo período obteve um crescimento de 262%.

Mas esse crescimento industrial, após se exaurir as possibilidades possíveis de substituir as importações, declinou acentuadamente chegando a estagnar em 1963 ou seja, atingiu o ponto zero acompanhado de um insuficiente crescimento no setor agrícola e uma acelerada inflação o que levou o empresariado brasileiro a se deparar com uma recessão que, reduzindo ainda mais a capacidade produtiva agravou financeiramente o capital empresarial....

Com a revolução de 1964, a política econômica tomou novos rumos, bem mais realista, já que os postos-chaves da administração econômica do país passaram às mãos firmes de economistas, técnicos profissionais qualificados que uniram esforços com o objetivo de dar aos brasileiros as reformas básicas para iniciar uma nova fase de desenvolvimento econômico ou seja dar ao país uma estabilidade financeira e uma paz social aos diversos segmentos da sociedade.

Como estas medidas não mostraram efeitos imediatos, (4) "por não serem incentivos de caráter imediatista" só a partir de 1968 é que se observa um pequeno aumento na renda nacional; acompanhado de uma significativa reação do setor agrícola que proporcionou, dada as medidas, aumentos crescentes da

da produção e conseqüentemente das exportações, valendo salientar, que foi a partir de 1968 que as taxas cambiais passaram a ter níveis mais realistas, e no mercado interno observou-se que o consumidor doméstico, com maior poder aquisitivo, tornou-se mais exigente, por produtos de qualidade. A agricultura foi também, bastante favorecida pela melhoria de infraestrutura brasileira, ou seja, ferrovias, rodovias, transportes que são vitais a comercialização e o setor de comunicação que muito contribuiu para o desenvolvimento como um todo.

Com o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, no início da década de 1970, o Brasil, como a maioria dos países subdesenvolvidos tiveram sua economia totalmente distorcida ou seja, o balanço de pagamento passou a apresentar déficits devido ao montante de dólares que eram destinados a compra de tal produtos e seus derivados. No caso brasileiro ⁽⁵⁾ em 1973 o petróleo e seus derivados participavam (em US\$), com 12% do total das importações e em 1979 esta cifra chegou aos 35%. A balança comercial apresentou em 1973 um saldo "superavit" (em milhões de US\$) de 7,0 e em 1974 um déficit de US\$4.090,3 e em 1979 US\$ 1.588.

Os produtos agropecuários participaram em 1973 com 73% do total das exportações e em 1978 com 55% o que nos mostra o incentivo dado ao setor industrial deixando o setor agrícola exportador, menos favorecido destacando os produtos : soja e café que sempre se fizeram presentes na pauta das exportações.

Com a recessão que atingiu o Brasil no início da

década de 80 precisamente nos anos 82/83 fez com que nossa economia chegasse ao crítico. A ponto, do governo brasileiro, sem ter como cumprir com os compromissos, fosse ao FMI, (órgão internacional que tem como finalidade socorrer os países que estão em dificuldades), o que em contrapartida submetendo-nos a uma política vigiada de grande austeridade penalizando toda economia e em particular o setor agrícola.

Com o advento da "Nova República" como ficou conhecido historicamente, um civil assume a presidência e determina novos rumos para o Brasil e consegue toda popularidade e confiança do povo brasileiro por seus projetos ambiciosos, e em particular para o setor agrícola, como "um conjunto de diretrizes para uma política agrícola nacional ano 2000; título de um documento (conjunto de medidas) elaborado pelo Ministério da Agricultura - 1986, mas deste documento, que seria o novo horizonte e destino do setor agrícola nada de concreto foi feito e este setor continua desprestigiado. Foram apenas meros discursos que em suma objetivava ganhar as eleições majoritárias, como de fato ocorreu, em todo país e construir a maioria da Assembléia Nacional Constituinte para continuar com o seu controle sobre os destinos da nação.

No início do ano 1986, com o plano de metas, na sua fase inicial, houve um aumento da demanda interna por alimentos, e cresceram as dificuldades para o Brasil manter superavits crescentes na balança comercial agrícola.

De janeiro a setembro de 1986, a participação dos

produtos agrícolas no total das importações foi de 19,6%, enquanto, nos anos de 1983 e 1985 esta participação foi de 16,5%. Nas exportações, os produtos agrícolas que representavam 43,3% da receita total obtida 39% do total de janeiro a outubro de 1986.

De 1980 a 1985 houve uma queda de 34,5% nos preços do mercado internacional para os principais produtos agrícolas da pauta de exportações brasileira e em compensação equilibrou-se por um aumento de 34% nos volumes embarcados para o exterior, o que permitiu manter a receita cambial do setor estacionada num patamar próximo a US\$ 10 bilhões.

O superávit da balança comercial agrícola, no período 1984-1985 se deu graças a redução em importações de bens e insumos agrícola, destinados a modernização da agricultura.

Em 1980, a importação de bens e insumos para a agricultura era de US\$ 2,4 bilhões ou cerca de 51,7% em importações agrícolas, caindo em 1985, para 38,6% ou seja US\$ 932 bilhões em aquisição de bens e insumos. Esse efeito perverso reduziu drasticamente produtos essenciais para a ampliação da produção nacional, e como a tendência é de um aumento maior nos insumos e bens importados e menor dos produtos exportados, diminuirá, acentuadamente, a capacidade brasileira de importar.

5.1 - POLÍTICA AGRÍCOLA

A política agrícola é parte integrante da política econômica, e como tal, apresenta vários objetivos a serem perseguidos: (6)

- "1) Incremento da produção de alimentos;
- 2) Incremento dos produtos exportáveis;
- 3) Incremento da substituição da energia importada (petróleo) por fontes alternativas renováveis";

Para alcançar tais objetivos a política agrícola recorre a vários instrumentos, os principais são:

- a) Crédito rural;
- b) Preços mínimos;
- c) Armazenamento, entre outros, os quais de acordo com a sua eficiência receberão tratamento diferenciado ou seja, de acordo com as expectativas e necessidades do governo receberão maior ou menor ênfase.

Política agrícola poderia ser entendida, portanto, como um conjunto de medidas e normas que visam a melhoria, como um todo, do setor agrícola em todas as suas fases (de como e onde produzir, o que produzir e comercializar) sem isentar o lado social (de quem produz), ou seja, os produtores e trabalhadores rurais ou ainda, as condições humanas da população da zona rural.

Justificando o poderia supracitado, o que se per

cebe nitidamente é que os instrumentos de política agrícola são desviados dos objetivos essenciais, e passam a atender prioridades de grupos que detêm o poder político, os quais detentores de capital ou a serviço "dos capitalistas", que é para onde pende o equilíbrio das forças políticas e econômicas, ou seja, a política econômica do país, tentam a todo custo desviar tais instrumentos de modo a não "arranhar" os interesses dos capitalistas.

Como determinados instrumentos não fazem parte integrante da política agrícola, ou mesmo apenas dela, dependem de forças exteriores à agricultura, o comando de tal política e de muitos instrumentos) nem sempre está em poder de um só ministério, o da Agricultura; dificultando assim a elaboração de uma política agrícola que venha atender em primeira instância ao setor agrícola em si. Sempre a política agrícola está direcionada a atender prioritariamente aos possuidores de capital, principalmente terra.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a necessidade de se ter uma política de longo prazo para o setor agrícola é enorme, igualando-se as dificuldades de se programá-la. Isso porque a cada safra se tem modificações nas regras de funcionamento dos instrumentos, desrespeitando, portanto, os produtores menos favorecidos (pequenos e médios) principalmente, de modo que os efeitos são catastróficos: queda de produção, super-safra, falta de mercado, entre outros, de natureza climática.

A não definição nesse sentido, deixa os produtores sem saberem de certo como conduzir suas atividades, de modo que possa reduzir os riscos ou pelo menos conseguir o retorno equitativo de seus investimentos, o que leva a desproporcionalidade das áreas cultivadas como também mudanças das culturas habitualmente cultivadas. O que não dá as autoridades o poder de prever ou mesmo planejar e estimar os valores quantitativos e qualitativos de uma futura safra. Em resumo a falta de definição por parte das autoridades competentes complica portanto o próprio desempenho de suas atividades e até mesmo da economia como um todo.

Não é pelo fato de ser o Brasil um país em desenvolvimento que não podemos ter uma política agrícola com seus objetivos macroeconômicos claramente definidos; pois pior que não ter uma política agrícola definida é ter um conjunto de instrumentos manejados contrariamente, sem um mínimo de respeito aos objetivos que cada um se propõe a atingir.

Sendo o Brasil um país que se destaca entre os cinco maiores produtores e consumidores de produtos agrícolas, a falta de uma política clara e objetiva para o setor, mostramos o quanto as autoridades que se dizem responsáveis e incumbidas de tal tarefa não as têm realizado.

5.2. CRÉDITO RURAL

O crédito rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, desde sua institucionalização no

Brasil em 05-11-1965 pela lei nº 4829, que muito vem contri
buindo para o setor, já que este instrumento é o mais maneja
do pelo GOverno. Como podemos analisar na história da agricul
tura brasileira, este instrumento até a metade da década de
70, foi utilizado para dotar o setor agrícola de uma moderni
zação que oferecesse-nos condições de competirmos com outros
países, ou mesmo, que os nossos produtos pudessem entrar no
mercado internacional, em condições equilibradas. Como tam
bém, evitar que importemos produtos que podemos próduzir.
Para isso se fez mudanças técnicas com a introdução da mecani
zação e o emprego de insumos modernos além de outras.

Como o crédito rural é canalizado por três importan
tes vias, Custeio, Investimento e Comercialização se observa
que a partir de 1977 as modificações introduzidas tem em si
o objetivo único de reduzir as operações a longo prazo, por
isso os recursos para investimento ao setor agrícola, vem se
reduzindo drasticamente comprometendo desta forma o desenvol
vimento do setor. Como o custeio é uma operação a curto pra
zo, vem se observando que a parcela maior do crédito rural pa
ra este se destina; notadamente a partir de 1979 em que fo
ram aplicados 50,3% dos recursos destinados ao setor agrícola
em custeio e em 1985 esta cifra subiu para 71%.

Os recursos para o crédito rural são oriundos em
quase totalidade do(FUNAGRI) - Fundo Nacional da Agricultura,
e uma outra parte das exigibilidades bancárias, que são parte
dos depósitos à vista que os bancos terão que investir na a
gricultura, e recentemente da poupança ouro criada em feve

reio último onde os recursos obtidos serão destinados da seguinte forma: ⁽⁷⁾ "60% em investimento, 20% em custeio e o restante fica como margem de segurança depositada no Tesouro Nacional".

No tocante a comercialização nos últimos anos o governo tem atuado como um dos principais compradores de produtos agrícolas através das AGF (Aquisição do Governo Federal) o que forçosamente terá que retornar ao mercado na entre-safra onde na ocasião sempre são negociados a preços inferiores aos de aquisição cabendo ao governo todas as despesas de armazenagem, transportes etc, acumulando estoques e onerando os cofres do tesouro. Este problema se deve ao fato do governo realizar mais AGF que EGF (Empréstimo do Governo Federal).

Para que o governo acabe com este círculo vicioso é necessário que se determine as quantidades que deverão ser estocadas como também o tipo do produto que poderá ser adquirido, evitando assim que desnecessariamente produtos façam parte dos estoques governamentais e desta forma dando ao mercado o poder de se equilibrar.

Um dos principais problemas que vem se constatando no tocante ao crédito rural são as altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras deixando os produtores sem nenhuma perspectiva de lucro o que trás como consequência o desestímulo a produzir. Principalmente para esta safra 1987 - 88, onde toda correção monetária é incorporada juntamente com os juros pré-determinados aos custos financeiros, isso certamente dificultará a vida de milhões de produtores e conse

quentemente põe em dúvida a eficácia do setor agrícola no to
cante à produção de um modo geral e, principalmente, para as
culturas nordestinas onde o poder de barganha dos produtores
é insignificante.

Exemplo claro de uma definição das taxas de ju
ros se deu no ano passado, com a implantação do Plano de Me
tas onde os produtores puderam contrair empréstimos a ju
ros fixos de 10% ao ano sem correção monetária o que resultou, des
sa euforia foi uma das maiores safras de grãos de nossa his
tória.

Não podemos negar que a atividade agrícola tem inú
meros fatores negativos; tanto de ordem climática como por
parte do solo, além das pragas, da pluviosidade etc, que difi
cultam e atemorizam os produtores. Esses fatores aliados a
tantas indefinições e desprezo por parte do governo, em pou
co tempo não teremos o mínimo necessário para atender o mer
cado interno. Cabe portanto, às autoridades governamentais e
a sociedade uma alerta para tão crucial problema.

5.3. V.B.C.

O valor básico de custeio é um dos parâmetros a
través do qual se pode estimular a área plantada, como tam
bém fornecer aos produtores o montante necessário para que e
le possa, sem recursos próprios (no caso pequenos e médios)
produzir. Isto se este for estabelecido a partir dos custos de
produção e dos recursos disponíveis do próprio produtor e a

região que este se encontra.

Este item foi um dos mais estimulados para a safra de 1987/88 pela CFP e BACEN principalmente para o Nordeste, pois consideraram as recomendações que a EMBRAPA através do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, propuseram, principalmente para o algodão arbóreo, herbáceo, amendoim e gergelim.

5.4 - PREÇO MÍNIMO

O preço mínimo é o menor valor que o governo estima ou mesmo determina para os diversos produtos agrícolas. Este poderá situar-se acima ou abaixo do preço de mercado. Após o PLano de Metas este mecanismo tem sido a principal base de apoio na busca da solução dos problemas de abastecimento interno de se conseguir os excedentes exportáveis. Mas a principal finalidade da política dos preços mínimos é estimular a produtividade e reduzir os riscos econômicos, de modo a obter reduções no custo de produção e nos preços dos produtos agrícolas.

Com a decretação do congelamento, item principal do PLano de Metas, os preços mínimos dos produtos de primeira necessidade tiveram tratamento diferenciado, isto porque, com a volta do processo inflacionário estes produtos foram os que mais se defasaram, pelo fato de não ser possível repassar ao preço os ágios e aumento nos insumos e nos juros para o setor, o que revoltou os produtores, que em protesto no início deste ano, conseguiram que estes produtos tivessem reajustes plurianuais e com base no custo de produção de cada produto.

Para correção dos preços mínimos o governo recorre a dois índices que o auxilia a detectar as distorções ou mesmo variações de como se comportaram os preços na indústria e na agricultura, são eles:

IPP

Índice de preços pagos pelos produtores, que medem a relação de troca entre a indústria e o setor agrícola, tem como base de cálculo a variação dos preços dos insumos, máquinas, óleo diesel, etc. Este índice corrige as eventuais distorções no decorrer do tempo nos custos de comercialização e produção.

IPR

O índice de preços recebidos pelos produtores rurais tem a finalidade de corrigir monetariamente os débitos de EGF e dos VBC (Valor Básico de Custeio) e é calculado pela variação mensal de 25 produtos de origem animal e 12 de origem vegetal.

A Fundação Getúlio Vargas e a Companhia de Financiamento da Produção - CFP, calculam, analisam e divulgam esses índices mensalmente.

5.5. ARMAZENAMENTO

O armazenamento é um dos principais meios para que o governo obtenha os estoques reguladores. A falta de armazéns constitui um crucial problema para os produtores e governo, principalmente quando se trata dos estoques de grãos (de primeira necessidade) como foi o caso da safra de grãos

do ano passado que não encontrou armazens privados nem esta tal onde se fizesse estocagens ficando portanto, nos pátios e galpões sujeitos a danos nas próprias fazendas.

Cabe, portanto, ao governo investir e aumentar a capacidade de armazenagem tranquilizando em parte os produtores e o próprio governo.

5.6 - ALGODÃO: PRODUÇÃO, CONSUMO E ABASTECIMENTO

A produção de algodão nos últimos quatro anos vem caindo assustadoramente devido a tão propalada "praga do bicudo" que atacou o algodoeiro brasileiro reduzindo a produção a níveis críticos comparados a produções anteriores.

No Nordeste a área plantada com algodão arbóreo, reduziu-se em dois terços desde 1977 decorrente do uso de técnicas rudimentares de produção, exploração da terra, comercialização, e a falta de sementes de melhores qualidades além da adversidade do clima e da dificuldade de acesso dos produtores ao crédito. Tudo isso somado com o aparecimento do bicudo.

Na safra passada, 1985-1986 a área plantada com algodão arbóreo no NORdeste foi de 1.163.905 ha e a produção obtida foi 116.103 ton. Para a safra 1986-1987 segundo previsão de junho, da área de economia do CNPA-EMBRAPA, a área plantada é de 723.019 ha e a produção esperada é de 105.273 ton. O algodão herbáceo que na safra passada a área foi de 962.529 ha e a produção 391.716 ton. Estima-se para esta safra, segundo a mesma fonte, uma área de 444.014 ha e

uma produção de 141.749 ton. Na região Centro-Sul a área com o herbáceo reduziu-se das 1.033.113 ha para 932.180 ha e a produção das 1.806.906 ton. para 1.447.957 ton, safra 1985 - 86 e 1986-87 respectivamente.

Comparando-se os dados da safra passada observa-se que a área brasileira plantada com algodão arbóreo, sofreu uma redução da ordem de 37,88%, aproximadamente 10% na produção.

Do algodão são originados diversos produtos todos de grande utilidade tais como : tecidos, fios, óleos comestíveis, resíduos (alimento animal), etc.

Mas para atender o mercado interno a pluma, matéria prima imprescindível para indústria têxtil, é a que mais se submete ao estoque governamental, isto porque é a forma mais exportável e de aceitação no mercado internacional, e é necessário que através dos estoques, o governo garanta tal matéria-prima às indústrias nacionais.

Do total de algodão herbáceo, aproximadamente 31% são transformados em pluma, e do arbóreo 32% em média.

Entre os produtores, o governo, e as indústrias consumidoras existe o atravessador, figura conhecida principalmente, no Nordeste, que compra diretamente do produtor a preços muitas vezes inferiores ao mínimo estabelecido pelo governo, tirando do produtor uma boa parte do lucro já que este tem emprestado dinheiro a juros extorsivos aos produtores que não tem acesso ao crédito bancário para que realizem seus plantios e conseqüentemente a colheita, onde é empregada grande mão-de-obra.

A queda da produção de algodão preocupa, por um lado, os produtores por não colherem tal produto, ou seja, não obtêm lucros, e, por outro, a indústria têxtil como um todo, que vai dividir entre si e o mercado externo, muitas vezes, a parte colhida, com isso os preços tendem a subir onerando os custos de produção constituindo um problema para o governo, se este for obrigado a conceder cotas de importações, onde o objetivo é conseguir saldos comerciais mais elevados.

5.7 - MERCADO DE MANUFATURADOS TÊXTEIS

O setor têxtil brasileiro tem como base de apoio, o mercado externo. Quase 90% da produção de determinadas empresas do setor escoam sua produção para o exterior, sendo portanto, uma saída para se livrar dos incertos ajustes econômicos da economia brasileira.

Como o mercado mundial sempre esteve receptivo ao algodão brasileiro, e agora os preços estão próximos da paridade internacional, com o país assegurando suas cotas de exportação provavelmente este ano as exportações de manufaturados têxteis cresçam, com dados otimistas, atingindo 1 bilhão de dólares superior ao volume de 1986 que foi de 870 milhões.

Apesar dos vários fatores que comprometem a indústria de um modo geral, e em particular, as têxteis tais como o racionamento de energia do Nordeste, as indecisões dos dos acertos externos no tocante à dívida, que dificulta a obtenção por parte das empresas de créditos no exterior, como também a obtenção de máquinas e equipamentos imprescindíveis a uma boa

produtividade e competitividade, o setor vem reagindo satisfatoriamente.

O problema crucial reside nas altas taxas de juros no mercado, que comprometem as vendas e conseqüentemente as indústrias já que o mercado interno de confecções, principalmente, caiu assustadoramente comparado ao mesmo período de 86, quando na euforia do plano cruzado, as vendas atingiram níveis considerados ótimos, e neste aquecimento, as indústrias aumentaram suas instalações e/ou capacidade produtiva comprometendo-se e assumindo compromissos que estão agora dificultando a vida de muitas empresas. Mas Já se começa sair do fundo do poço após o plano Bresser, e acredita-se que haja doravante uma estabilização no mercado como um todo.

6 - C O N C L U S Ã O

Do referido estudo posso concluir que é válido o estágio para o graduado na medida que este disponha de toda orientação e meios de que necessite para enriquecer e aprimorar seus conhecimentos.

Especificamente, a política algodoeira, e em geral, deixa muito a desejar se pretendermos uma política agrícola com todos os seus objetivos voltados para o desenvolvimento do setor, e em particular para a cultura do algodão.

Se a curto prazo, não se determinar medidas sérias e concretas tal cultura entrará em colapso criando um problema para todos os que direta ou indiretamente dependem da cottonicultura. Todo e qualquer recurso destinado ao melhoramento de sementes geneticamente mais resistente à praga do bicudo e de melhores inseticidas terá a longo prazo resultados que poderá reverter esta situação.

7 - BIBLIOGRAFIA CITADA

- (1) PAIVA, Rui Miller e outros, Setor Agrícola do Brasil..., 2a. edição, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária , 1986. pág. XX.
- (2) Ib idem, pág. XXII
- (3) " " " XXIII
- (4) " " " XXIV
- (5) CASTRO, José Prazeres, Política Nacional de Pesquisa Agrícola, Brasília, EMBRAPA, 1980. pág. 8, tabelas (2,3 e 4).
- (6) Ib idem, pág. 7.
- (7) JORNAL, Gazeta Mercantil, 13-02-87, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS GERAIS

- 1) CÉLIA, Ana Castro e outros, Evolução recente e situação ..., Brasília, BINAGRE, Edição 1979.
- 2) CONTADOR, Cláudio Roberto, Tecnologia e desenvolvimento agrícola, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- 3) BRASIL, Ministério da Agricultura, Diretrizes para uma política..., Brasília, Fevereiro de 1986.
- 4) REVISTA Agroanálisis
- 5) REVISTA, Conjuntura Econômica.
- 6) INFORMATIVOS, CFP.